

Dora Kramer*

De mal a muito pior

No salve-se quem puder geral a que se dedica o Congresso, confirmam-se duas escritas: a de que a legislatura seguinte será sempre pior que a anterior e aquela outra acerca de nada ser tão ruim que não possa piorar.

São afirmações pessimistas atinentes ao amarfanhado figurino da antipolítica adotado por arrivistas, embora lamentavelmente realistas em determinadas situações. Numa dessas é onde nosso Parlamento vem se (e nos) colocando.

Na eleição de 2018 já houve queda acentuada na qualidade dos parlamentares, com a invasão de lacradores de internet. Desprovidos de noção sobre a natureza da atividade para a qual foram eleitos, fizeram dos celulares seus instrumentos de trabalho.

Foi ruim, mas a partir de 2022, ficou pior. Os bons desistiram da função ou ficaram apagados ante a relevância da mediocridade. O fenômeno da substituição do cardinalato pelo baixo-clero no comando dos trabalhos já vinha ocorrendo desde 2003, quando o minoritário PT construiu maioria no poder com base no fisiologismo mensaleiro.

De lá para cá, por motivos diversos, a deterioração foi se aprofundando até o ponto em que chegamos: um Congresso disposto a tudo comandado de um lado por um deputado cuja autoridade sofre processo de erosão e, de outro, por um senador interessado em cargos e emendas.

Ambos — Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União-AP)

— eleitos num amplo acordo da esquerda à direita que os faz reféns de compromissos antagônicos entre si. Isso resulta em presidiências reféns das causas internas.

A lista é parruda: PEC da Blindagem, anistia como moeda de troca, aumento de vagas na Câmara, deputado ausente na liderança da minoria, reforço aos fichas-sujas, desvios no uso de emendas, motim em plenário e o que mais esteja por vir.

No Estado de Direito, instituições não existem para serem negadas, desmoralizadas, enfraquecidas como fazem congressistas empenhados em demolir aquela que, em tese, deveria zelar pela nobre tarefa de representar a vontade da nação.

*Jornalista e comentarista de política

Paulo César de Oliveira*

Prefeito de BH é republicano

Quando convidado para compor a chapa que disputaria a Prefeitura de Belo Horizonte, como vice de Fuad Noman, do PSD, Álvaro Damião, do União Brasil, certamente não imaginava a surpresa que o destino lhe reservara. A morte do saudoso Fuad, um dos prefeitos mais sérios e eficientes que a cidade já teve, colocou Damião no comando da cidade por um mandato inteiro.

Jornalista esportivo de rádio e tv, Álvaro Damião está na política desde 2016 quando foi eleito vereador pelo PSB, sendo reeleito em 2020, pelo União Brasil. Ao assumir a prefeitura com a morte de Fuad Noman, Damião procurou manter a equipe montada por ele, aproveitando a experiência dos auxiliares que, em sua maioria, participaram da administração do primeiro mandato do prefeito Fuad, mas aos poucos vai remontando a equipe de acordo com seu plano de trabalho. Concluir as obras

iniciadas por Fuad Noman em seu primeiro mandato e avançar com projetos que estavam em andamento é uma das preocupações do novo prefeito.

E para dar andamento ao grande número de obras que a cidade reclama, Álvaro Damião tem buscado apoio junto aos governos estadual e federal, apesar de seu partido, o União Brasil ter rompido com o Governo Lula, inclusive exigindo que todos os seus filiados deixem os cargos que ocupam no governo. “A minha relação com o presidente Lula é republicana. Assim como tenho relação com ele, também tenho com Zema. Eu sou prefeito de Belo Horizonte, preciso manter relações com todos eles. Eu quero olhar para as pessoas da cidade, e isso não é uma questão partidária. Quem é prefeito faz relação com o governador, com o presidente da República, independentemente do partido do presidente ou do governador.”

O prefeito Álvaro Damião se diz aberto ao diálogo também com os prefeitos da Região Metropolitana de Belo Horizonte visando a solução de problemas comuns, especialmente de mobilidade urbana, como das regiões Vila da Serra e Belvedere, que precisa ser resolvido a quatro mãos, com o prefeito de Nova Lima, João Marcelo Dieguez. Outro gargalo no trânsito é o Anel Rodoviário, por onde passam milhares de veículos de carga diariamente e que, por acordo com o Governo Federal passou a ser administrado pela PBH que recebeu verbas para a realização de obras mais urgentes para aumentar a segurança de pedestres e motoristas e melhorar o trânsito.

É assim, afastando as questões partidárias das relações com outros níveis de Poder que o prefeito Álvaro Damião acredita ser possível governar.

*Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

Tales faria

Relator sob risco de “esculacho”

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), tinha marcado um encontro para a noite desta segunda-feira, 22, com o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), relator do Projeto de Lei da Anistia aos condenados pela tentativa de golpe Estado.

O encontro foi marcado na semana passada, mas, para sorte de Paulinho da Força, foi desmarcado.

É que a bancada do PL e o próprio Sóstenes assistiram neste final de semana a um vídeo que deixou os bolsonaristas muito irritados.

Paulinho se apresentou ao lado do deputado e ex-presidente da Câmara Aécio Neves (PSDB) e do ex-presidente da República Michel Temer (MDB). Os três anunciaram, após uma reunião, que o novo texto do PL da Anistia traria um diminuição das penas e, portanto, passaria a se chamar “Projeto de Lei da Dosimetria”, e não mais PL da Anistia.

Temer disse: “Já conversamos um pouco aqui, de comum acordo com o Supremo Tribunal Federal [STF], com o Executivo numa espécie de pacto Republicano.”

Segundo Aécio, “anistia para abolição o Estado democrático de direito já foi considerada inconstitucional pelo Supremo e não se quer colocar o Congresso em confronto com o STF”. Portanto, segundo ele, essa nova nomenclatura de PL da

Dosimetria é “absolutamente adequada”.

Sóstenes contou à coluna neste domingo como pretendia se comportar no encontro que não teve com Paulinho da Força. Pelo jeito. Foi bom mesmo não se encontrarem:

“Sou amigo do Paulinho. Mas serei bem claro. Não tem essa história de dosimetria”, disse Sóstenes.

“Na verdade, estou pensando em esculachar: quantos votos o Temer tem na Câmara? E o Aécio? Como deputado ele é um morto-vivo. O Paulinho tem que decidir, porque a partir da hora em que se juntar com a gente, ou muda esse discurso, ou sai fora. A gente pede a cabeça dele”, vociferou.

Sóstenes tem uma argumentação até técnica contra um projeto mudando a dosimetria das penas.

Primeiramente, segundo ele, o tal “Projeto da Dosimetria” teria que alterar as penas dos crimes a que foram condenados Bolsonaro e os demais.

“Isso seria uma confusão enorme. São cinco crimes apontados no julgamento. Teriam que mudar a pena mínima de cada um desses crimes”, argumenta.

Os crimes pelos quais foram condenados, e que teriam penas alteradas, seriam:

- organização criminosa armada;
- tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito;

- golpe de Estado;
- dano qualificado pela violência e grave ameaça;

- e deterioração de patrimônio tombado. Depois, Sóstenes aponta que haveria um gasto enorme para o Tesouro:

“Grande parte dos condenados pelo 8 de janeiro já foi para casa. Cumpriram as penas anteriores. Se o Estado mudar as penas, essas pessoas poderão cobrar indenizações.”

Sóstenes reclama também do fato de Temer ter falado em conversa com o STF:

“Se houve essa conversa, isso não é Republicano. Aliás, me admira muito o Temer, que é um jurista, um constitucionalista conceituado, admitir esse tal PL da Dosimetria. Quem pode mudar a dosimetria é o STF. Basta os ministros fazerem uma sessão de revisão das penas e pronto.”

Bem, a bancada do PL deve discutir nesta terça-feira, 23, a estratégia diante do que tem dito o relator e da mudança de ventos na Câmara. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), declarou nesta segunda-feira que é hora de “tirar da frente todas essas pautas tóxicas”.

Os bolsonaristas tornaram-se tóxicos para o centrão?

EDITORIAL

Entre estações, e histórias de resistência

Nos vagões apinhados das grandes capitais, entre o barulho dos trilhos e a pressa dos passageiros, surgem vozes que oferecem água gelada, trufas embaladas com cuidado, pacotinhos de bala que cabem no bolso de quem corre. São presenças discretas, mas constantes, que transformam o transporte público em cenário de sobrevivência e de dignidade. Os vendedores ambulantes, com suas caixas improvisadas, carregam muito mais do que mercadorias: carregam histórias de vida que quase sempre permanecem invisíveis.

Em cada corredor de trem ou metrô, circulam relatos que falam de perdas e reinvenções. Há mães que deixaram empregos formais para cuidar de filhos com necessidades especiais e que, diante da rejeição do mercado de trabalho, encontraram nos trilhos uma alternativa de renda. Há idosos que não conseguem viver apenas da aposentadoria. Jovens que não tiveram oportunidade de estudo. Imigrantes que reconstróem raízes em uma cidade que os olha com pressa. Cada um com sua própria narrativa, mas todos com um ponto em comum: a necessidade urgente de sustento.

Não se trata aqui de discutir proibições ou permissões legais. Este editorial não se presta a esse debate. O que importa é reconhecer o tecido humano por trás da prática. Cada bala vendida é também o esforço para pagar uma conta de luz, garantir o re-

médio de um familiar, colocar comida na mesa. É a tradução concreta da resistência diante de portas que se fecharam.

O transporte público, por onde passam milhões todos os dias, torna-se palco dessa economia invisível. Ao lado da pressa e da exaustão, há também solidariedade. Passageiros que compram não apenas pelo doce ou pela água, mas pelo gesto de apoiar. Em meio ao tumulto, forma-se uma rede silenciosa de trocas: de moedas, de olhares, de reconhecimento.

Essas histórias revelam que o ambulante não é um intruso no cotidiano da cidade, mas um reflexo daquilo que ela mesma produz: desigualdade, falta de oportunidades, mas também coragem de reinventar-se. Ignorar essas presenças é ignorar o retrato social que elas estampam.

Cada vagão, cada corredor, cada estação, carrega mais do que o movimento das massas. Carrega também narrativas individuais de resistência, de amor, de cuidado. E talvez, no simples gesto de aceitar uma bala ou uma água, o passageiro seja lembrado de que ali, entre um ponto e outro, circula também a dignidade.

Agora, para finalizar, este tipo de trabalho é sim ilegal nos meios de transporte. Porém, o que os órgãos competentes do país fazem para que isso acabe, mas também fazendo com esses mesmos trabalhadores consigam uma oportunidade de emprego?

Pressão pelo Estado da Palestina

Em meio a mais uma Assembleia-Geral da ONU, além dos demais assuntos que já acontecem em eventos assim, um que deve chamar atenção dos presentes é a declaração de reconhecimento do Estado da Palestina feita por França, Reino Unido, Canadá, Austrália e Portugal.

Chama a atenção nesta lista o Reino Unido, pois foi exatamente em razão de um país da ilha que todo o problema aconteceu.

Em 1949, a omissão da Inglaterra em não resolver os problemas entre judeus e árabes pela partilha de Jerusalém, por ter sido o país colonizador daquela região e não fez nada para resolver o problema. O

final dessa história todos nós já sabemos, que foram guerras, conflitos e grupos terroristas sendo formados, para conseguir aquilo que, por direito, deveriam ser deles mesmos.

Agora, com o reconhecimento de mais nações sobre o Estado da Palestina, a briga para que ele seja finalmente desenhado começa a ter outros contornos, pois a representatividade política passa a ter novas vozes e forças de diferentes países e continentes.

Esse assunto ainda terá muito pano na manga para ser resolvido, mas a grande questão é que, depois de anos, começa a ser desenhado para um desfecho nesse imbróglio.

Opinião do leitor

Anistia

Considero justa a posição do relator Paulinho da Força sobre a questão em reduzir as penas e não conceder anistia total aos condenados do 8 de janeiro. Não são todos que merecem o perdão total das penas, pois foi um ato contra o Estado Democrático de Direito e contra a Pátria.

Paulo Visconde Montalvão
São Paulo - São Paulo

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: ARGENTINA TEM NOVOS EMPRÉSTIMOS DE BANCOS

As principais notícias do Correio da Manhã em 23 de setembro de 1930 foram: Governo português vai renovar o convite para que o rei

espanhol Afonso XIII visite Portugal. Sobre a travessia do Atlântico, das 75 feitas, 35 foram com êxito e 40 não. Novo governo argentino

ganha mais empréstimos de bancos de Nova York. Epiácio Pessoa pode ter sua cadeira renovada no Tribunal de Haia.

HÁ 75 ANOS: EDUARDO GOMES NO ESPÍRITO SANTO E EM SÃO PAULO

As principais notícias do Correio da Manhã em 23 de setembro de 1950 foram: Eduardo Gomes programa passeatas e comícios no Espírito Santo e em mais cidades

do interior de São Paulo. Adhemar de Barros desiste do mandato de segurança no TSE contra a decisão do TRE-DF de indeferir sua candidatura ao Senado. Alemanha Ociden-

tal pretende por base diplomática no Rio de Janeiro. Tropas norte-coreanas e na ONU fazem batalhas em Seul. Crise política na fronteira das zonas berlinenses.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira
Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22275-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-202
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.